



**MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL
DE AUTORIDADES AEROPORTUÁRIAS (Conaero)
2021**

Data: 28 de julho de 2021

Horário: 16:00h

Local: Videoconferência – Plataforma Teams.

Membros participantes:

Ministério da Infraestrutura

Marcelo Sampaio Cunha Filho – Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Coordenador da Conaero

Ronei Saggiore Glanzmann – Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da Conaero

Fabiana Todesco – Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão (DPG) da Secretaria Nacional de Aviação Civil

Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC

Rafael Botelho Faria

Casa Civil da Presidência da República

Thiago Meirelles

Ministério da Justiça - PF

Marinho Rezende

Caio Bortone

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - VIGIAGRO

Fábio Florêncio Fernandes

Ministério da Defesa - DECEA

Maj. Brig. do Ar Márcio Bruno Bonotto

Coronel Vanderlei Aparecido Ribeiro

Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA

Nélio César de Aquino

Ministério da Economia - RFB

Décio Rui Pialarissi

Fausto Vieira Coutinho

Convidados:

Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero

Paulo Eduardo Cavalcante

Walteuner Bezerra

Gabriela de Castro

Associação Nacional das Empresas Administradoras de Aeroportos - ANEAA

Dyogo Henrique de Oliveira

Mariana Menezes

Associação Brasileira de Aviação Geral - ABAG

Flávio Pires

Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR

Ruy Amparo

Raul de Souza

Associação Internacional de Transporte Aéreo - IATA

Filipe Coutinho

Paulo Ferreira Costa

Junta dos Representantes das Companhias Aéreas Internacionais do Brasil - JURCAIB

Robson Bertolossi

Associação Brasileira das Empresas de Serviços Auxiliares de Transporte Aéreo - ABESATA

Ricardo Aparecido Miguel

Fraport – Concessionária do Aeroporto de Porto Alegre e Fortaleza

Sabine Trenk

Edgar Nogueira

Marcela Ciccotti Hernandez

Aena Brasil – Concessionária Bloco Aeroportos Nordeste

Fernando Santiago Yus
Renata de Abreu

ALTA - Associação Latino-Americana e do Caribe de Transporte Aéreo
José Ricardo Botelho

Socicam – Concessionário do Aeroporto de Cuiabá
Marcelo Bisordi

PAUTA PREVISTA

1. ABERTURA

Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero, Marcelo Sampaio Cunha Filho.

2. DELIBERAÇÃO

2.1. Aprovação da minuta de Decreto do novo Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).

2.2. Resolução que aprova a criação dos Comitês Técnicos da Conaero.

3. APRESENTAÇÕES

3.1. Impacto do COVID-19 na malha aérea e na projeção de demanda.

3.2. Resultados da Pesquisa COVID-19 de 2021.

3.3. Status sobre as restrições de entrada de estrangeiros e Certificado de Vacinação de COVID-19.

4. INFORMES

4.1. Internacionalização do Aeroporto de Catarina/SP.

4.2. Status do Sistema SISBRAIP.

4.3. Acordo sobre Integração Fronteiriça por Via Aérea – Peru e Brasil (MRE).

4.4. Plano Nacional de Contingência (PNC)

4.5. Planos de Ação dos Comitês Técnicos 2021/2022

5. ENCERRAMENTO

1. ABERTURA

O Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero, Marcelo Sampaio, iniciou a reunião enfatizando a importância da Comissão e a importância do trabalho conjunto dos membros sobre os assuntos do setor aéreo, agradeceu a presença de todos na 32ª reunião dessa comissão e passou a palavra ao Secretário Nacional de Aviação Civil e Secretário Executivo da Conaero, Ronei Glanzmann, para dar seguimento à reunião. O Secretário Ronei, apresentou brevemente a pauta da reunião e iniciou a discussão do primeiro item da pauta.

2. DELIBERAÇÃO

2.1. Aprovação da minuta de Decreto do novo Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil Contra Atos de Interferência Ilícita (PNAVSEC).

O Secretário Ronei passou a palavra para a Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão (DPG) da SAC, Fabiana Todesco que fez uma breve explanação sobre o processo de revisão do Decreto do Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil, ressaltando que a versão vigente é de 2010 e que nesse período houve muitas alterações regulatórias pela Organização da Aviação Civil Internacional (OACI) sobre o tema, necessitando de uma revisão do Programa. Assim, os órgãos de governo, em conjunto com representantes da indústria, trabalharam, desde 2016, na minuta do novo Decreto que, por fim, foi aprovado na reunião do Comitê Técnico de Segurança da Aviação Civil (CTSAC), no dia 23/06/2021.

O Secretário Ronei colocou a minuta para votação dos membros da comissão e abriu a palavra a todos. A Anvisa, através do seu representante, ressaltou a sua preocupação e importância de que os servidores de todos os órgãos de controle de fronteira tenham os mesmos níveis de privilégios de acesso dentro dos aeroportos. O Secretário Ronei argumentou que essa questão deve ser tratada individualmente, no âmbito operacional de cada aeroporto.

Os representantes da ANAC e DPF corroboraram com a posição do Secretário Ronei e se colocaram à disposição para ajudar nas tratativas com os aeroportos, caso a Anvisa enfrente qualquer dificuldade.

O representante da Casa Civil informou que estão aguardando a inserção da minuta no Sistema de Geração e Tramitação de Documentos (SIDOF) para assim dar continuidade ao processo. A Casa Civil ressaltou ainda que seria importante que a SAC verificasse junto à SAG, se é necessário a assinatura do GSI a minuta de Decreto, uma vez que a ABIN é mencionada. O Secretário Ronei afirmou que a SAC irá fazer esse questionamento.

Por fim, **a minuta foi aprovada por consenso dos membros**, sem ressalvas ou solicitações de alteração ao texto.

O Secretário Executivo Marcelo Sampaio, dando encaminhamento ao assunto, informou que a minuta será submetida ao SIDOF, que encaminhará um ofício para os órgãos envolvidos informando da aprovação do referido Programa pela Conaero e disponibilização da minuta no SIDOF e, ainda, solicitou a colaboração de todos quanto a assinatura do referido documento com a maior brevidade possível.

2.2. Resolução que aprova a criação dos Comitês Técnicos da Conaero

A Diretora Fabiana apresentou a proposta de criação dos Comitês Técnicos e explicou que no fim do período de um ano, os Comitês Técnicos são automaticamente extintos e precisam ser criados novamente. Acrescentou ainda que, além dos Comitês existentes, propõe-se também a criação de um novo comitê, o Comitê Técnico de Capacitação de Recursos Humanos para a Aviação Civil – CTRH.

A Diretora abriu o regime de votação para aprovação da Resolução a qual foi aprovada por consenso dos membros.

3. APRESENTAÇÕES

3.1. Impacto do COVID-19 na malha aérea e na projeção de demanda

Dando seguimento, o Secretário Ronei apresentou os dados de movimentação diária doméstica e ressaltou a melhora que o setor vem apresentando, com cerca de 70% da malha de 2019. Também informou que, segundo as projeções, existe a expectativa de que o setor atinja, na alta temporada do final deste ano, os mesmos patamares da alta temporada de 2019.

Porém, com relação aos voos internacionais, o gráfico não apresenta um resultado tão positivo quanto o do doméstico, em virtude das restrições de entrada e saída impostas por diversos países.

O Secretário apresentou ainda um gráfico comparando a movimentação de voos com as mortes diárias devidas ao COVID-19, onde fica demonstrado a correlação inversa entre as taxas de número de mortes e o número de voos.

Por fim, foram apresentados dois gráficos de projeções de crescimento, elaborados em parceria com a UFSC, um para voos domésticos e outro para os internacionais. Os gráficos apresentam três cenários para a retomada do crescimento do setor.

3.2. Resultados da Pesquisa COVID-19 de 2021

Dando seguimento, o Secretário Ronei destacou que a pesquisa Covid-19 traz à tona a percepção do passageiro, bastante influenciada pela situação enfrentada pelo Brasil no período de aplicação dos questionários. Assim, pelos gráficos, nota-se claramente uma degradação da opinião do passageiro considerando a aplicação da pesquisa nos meses em que se observou o pico da segunda onda de Covid-19 no ano de 2021. A palavra foi concedida à Diretora Fabiana que trouxe a informação de que a pesquisa Covid-19 foi concebida devido à necessidade de paralisação da Pesquisa de Satisfação dos Passageiros ainda em 2020. Em 2021, ela foi aplicada nos meses de abril a junho e se encerrará no mês de julho, tendo em vista a melhora na movimentação aérea e consequente retorno da pesquisa de satisfação e desempenho operacional nos aeroportos. Também reforçou a posição colocada pelo Secretário Ronei, apresentando alguns resultados da pesquisa que mostram o crescimento da percepção de que o transporte aéreo tem alto risco de contaminação por Covid-19, diminuição da confiança nas medidas adotadas no transporte aéreo brasileiro para evitar a propagação da doença e postergação dos planos de viagem. Considerando o avanço da vacinação acredita-se que os números dessa pesquisa relativos ao mês de julho devem trazer melhores percepções.

3.3. Status sobre as restrições de entrada de estrangeiros e Certificado de Vacinação de COVID-19

O Secretário Ronei parabenizou a Casa Civil pela iniciativa do ConecteSUS e passou a palavra para o representante da Casa Civil, Sr. Thiago Meireles. A Casa Civil informou que tem coordenado reuniões periódicas referentes as restrições de entrada e saída de estrangeiros no país e informou que diversas tentativas de acordos bilaterais entre países têm sido feitas, no intuito de utilizar o ConecteSUS como um certificado brasileiro de vacinação.

A Alta parabenizou a iniciativa da Casa Civil e sugeriu que o foco do reconhecimento do ConecteSUS seja, não apenas bilateral, mas também, internacional e em conjunto com a OMS. Sugeriu, ainda a inclusão no aplicativo de QR-Code ou MRZ, assim qualquer país conseguiria fazer uma leitura rápida do documento. Ressaltou ainda, o potencial do aplicativo e que ele poderia se tornar uma referência mundial de certificado de vacinação.

A Alta aproveitou a oportunidade e solicitou à Anvisa a revisão do normativo que exige a apresentação do teste com a sigla “RT-PCR” na entrada do país, tanto de brasileiros que estão retornando quanto para estrangeiros, se poderia excluir a sigla “RT” (*Real Time*), com referência somente a teste PCR, devido a problemas operacionais em razão de que muitos laboratórios no mundo não fornecem o teste PCR como “RT”.

Em seguida, a Jurcaib pediu a palavra e parabenizou a Casa Civil pela iniciativa e corroborou com o posicionamento da Alta no tocante da tentativa de buscar a aprovação internacional do ConecteSUS como um certificado de vacinação. A Jurcaib ressaltou ainda que as associações de transportadores aéreos (ABEAR, ALTA, IATA e JURCAIB) enviaram um ofício para a SAC solicitando a inclusão de testes tipo antígenos em adição aos que são aceitos na entrada no país.

A Anvisa informou à Jurcaib que recomendou, nos termos da Lei 13.979, de 2020, por meio de um ofício enviado à Casa Civil, que o grupo de Ministros responsáveis pela publicação da Portaria de Fronteiras avaliasse a pertinência de incluir os testes tipo antígenos no rol dos exames aceitos para entrada no país. A IATA reiterou a importância do ConecteSUS e sugeriu que o Brasil faça como alguns países europeus estão fazendo: não está sendo solicitada reciprocidade, mas apresentando unilateralmente pré-requisitos para entrada. A IATA informou ainda que, com a pandemia, os tempos de processamento nos aeroportos têm aumentado em média em 100%, a análise dos documentos de testes de COVID-19 tem tomado muito tempo, já que não existe um padrão. Ressalta-se que os testes estão abarcados no ConecteSUS e que, caso o aplicativo fosse reconhecido, poderia trazer essa celeridade necessária.

A Casa Civil informou que a proposta inicial seria testar o ConecteSUS com alguns países, porém, após a manifestação das outras entidades, propôs que o assunto seja conduzido tecnicamente pelo CTFAL.

Por fim, foi deliberado que o assunto será trabalhado no âmbito do CTFAL.

4. INFORMES

Por último, o Secretário Ronei iniciou a sessão de informes trazendo os que se seguem:

4.1. Internacionalização do Aeroporto de Catarina/SP.

Foi concedida a palavra aos representantes do aeroporto Catarina. O diretor do aeroporto, senhor Rogério Lacerda, iniciou a sua fala trazendo um agradecimento pelos esforços da Conaero para a internacionalização do aeroporto que se tornou o primeiro aeroporto privado brasileiro voltado para a aviação executiva a adquirir esse status. Recebeu seu primeiro voo internacional em 8 de julho de 2021.

Contudo, com cerca de 20 dias de operação, o aeroporto em questão recebeu 46 solicitações de voos internacionais, sendo possível o atendimento de apenas 8, uma vez que, a

internacionalização foi concedida com a limitação de operação apenas em horários comerciais e em dias úteis.

Assim, trouxe o pleito na busca de caminhos para a flexibilização da restrição e obter-se uma ampliação do atendimento. Nas falas que se seguiram do Secretário Ronei e do Secretário Executivo Marcelo Sampaio, deixaram claro que a situação levanta dois desafios que são de estabelecimento de um manual/procedimento de internacionalização mais célere e simplificado e a busca de uma maneira que elimine ou reduza as restrições estabelecidas ao Catarina.

O representante do Vigiagro, Fábio Florêncio, colocou que o principal motivo das restrições é a falta de pessoal dos órgãos de controle de fronteira para atendimento no aeroporto fora dos horários comerciais, justamente, o horário em que o aeroporto é mais demandado.

Como encaminhamento, o Secretário Ronei propôs que o assunto seja encaminhado para discussão no Comitê Técnico de Facilitação (CTFAL), a fim de se buscar soluções que, se não resolverem por completo, ao menos proporcionem uma melhora nos índices de atendimento de voos nos aeroportos.

4.2. Status do Sistema SISBRAIP.

A Diretora Fabiana informou que os módulos de operação do sistema estão prontos e que, para a entrada em funcionamento, resta apenas a celebração de um acordo de cooperação técnica entre Polícia Federal e SERPRO, no qual o Ministério da Infraestrutura é interveniente, e que autorizará a recepção dos dados API/PNR pelo SERPRO afim de realizar carregamento no sistema e consequente disponibilização das informações aos órgãos de fronteira. O acordo está em fase final de tramitação entre os órgãos envolvidos.

A Diretora alertou ainda quanto a questão envolvendo o Vigiagro que não está autorizada pela Resolução nº 595 da ANAC a receber os dados API/PNR domésticos e, portanto, deve enviar pedido formal à ANAC para adequação da referida Resolução, conforme tratativas que vem sendo feitas com a SAC.

Aproveitando a oportunidade, a Diretora Fabiana fez convite aos presentes para participação no evento de realização dos embarques biométricos do projeto Embarque +Seguro no aeroporto de Brasília no dia 12 de agosto às 9h15h.

4.3. Acordo sobre Integração Fronteiriça por Via Aérea – Peru e Brasil (MRE).

A palavra foi cedida ao representante do Ministério da Relações Exteriores (MRE), Cosmo Ferreira, para explanação sobre as questões envolvendo a minuta de acordo da referida integração.

Em um breve histórico, trouxe que, em 2015, o MRE recebeu contato do governo peruano com uma proposta de acordo transfronteiriço de via aérea. À época foi aberta discussão sobre o tema com os órgãos do governo brasileiro relacionados ao transporte aéreo, contudo não se obteve uma resposta oficial consolidada sobre o tema que ficou adormecido até final de 2020, quando houve novo contato do governo peruano com interesse em resgatar as discussões sobre o acordo. Houve nova rodada de consultas para verificação de alterações nos comentários e sugestões dos órgãos em virtude de possíveis alteração legislativas que poderiam implicar em mudança de posições. Nesse sentido, após reanálise do acordo, foram identificados pontos que necessitam de ajustes e consequente reanálise pelos órgãos.

Dessa forma, o assunto foi trazido à Conaero por ser um fórum que já reúne as autoridades de controle de fronteira, facilitando assim as discussões. A Diretora Fabiana então propôs encaminhamento do assunto para discussão no CTFAL, com participação do MRE, para que na próxima reunião da Comissão, seja trazida uma posição sobre a viabilidade do acordo e/ou alterações para torná-lo viável.

4.4. Plano Nacional de Contingência (PNC)

Foi informado pela Diretora Fabiana a aprovação do Plano Nacional de Contingência por Resolução da Conaero publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 28 de maio de 2021. Contudo o Plano se encontra em condições de acesso restrito pela natureza de segurança das informações que ele contém. Para acesso ao Plano é necessário o preenchimento de formulário elaborado pelo Departamento de Planejamento e Gestão da SAC e submissão para análise do referido Departamento quanto a necessidade e competência do solicitante para acesso às informações contidas no plano. O formulário foi encaminhado aos membros e convidados da Conaero por e-mail.

4.5. Planos de Ação dos Comitês Técnicos 2021/2022

Por último, foram apresentados rapidamente os Planos de Ação dos Comitês Técnicos da Conaero para 2021/2022 e informado pela Diretora Fabiana que eles seriam enviados por e-mail para conhecimento de todos.

5. ENCERRAMENTO

Não havendo mais assuntos a tratar, o Secretário Executivo do Ministério da Infraestrutura e Presidente da Conaero, Marcelo Sampaio agradeceu a presença de todos e deu a reunião por encerrada.